

# NO CENTENÁRIO DO ESCUDO

## Parte I : A revolta dos gravadores

*António Miguel Trigueiros*

Escrevo este texto precisamente no dia em que se completa o centenário da publicação do decreto fundador da primeira unidade monetária da República Portuguesa, domingo 22 de Maio de 2011, iniciando uma pequena série de artigos que, a convite da direcção desta revista, irá revelar com mais pormenor documental alguns factos históricos já anteriormente referidos no livro publicado em 2004 sobre “A Grande História do Escudo Português”.

De entre os muitos episódios que compõem a história dos primeiros anos do escudo republicano, alguns dizem respeito à história numismática das primeiras moedas da República, enquanto outros entroncam na história monetária desse período, que antecedeu em poucos anos as graves perturbações provocadas pela Grande Guerra de 1914-18, existindo outros ainda que nos contam como se deu a entrada da Casa da Moeda de Lisboa na segunda revolução industrial, a revolução do gás e da energia motriz eléctrica.

“As novas moedas – A revolta dos gravadores” é um desses episódios que interessa à numismática, já que lida com as esculturas e as gravuras que foram seleccionadas para embelezar as primeiras moedas republicanas.

### **A escolha dos primeiros modelos republicanos**

Estabelecendo o decreto com força de Lei de 22 de Maio de 1911, no respeitante às novas moedas de escudo e de centavos a cunhar, que a selecção dos modelos e gravuras seria feita por concurso entre os artistas portugueses, o recém empossado presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda e Papel Selado, Dr. António dos Santos Lucas, manda publicar o programa do respectivo concurso no *Diário do Governo*, onde saiu a 27 de Junho de 1911.

Começava mal a saga do escudo republicano, já que, sem dúvida por falta de experiência nestes actos, e por vários erros e omissões na sua redacção, este concurso ficou deserto, por falta de interessados.

Mais de três meses volvidos, nova publicação tem lugar a 9 de Outubro:

# O CONCURSO PARA A NOVA MOEDA

Os modelos adotados para as moedas de 20 centavos e 4 centavos destinadas a comemorar a implantação do novo regimen foram os do escultor sr. Simões d'Almeida, sobrinho, tendo o juri tambem classificado os trabalhos com as legendas *Agricultura* e *Alvorada* cujo anverso e verso respectivamente poderiam servir, caso o governo assim o entendesse, para a moeda de dois centavos. Os outros concorrentes cujos modelos foram apresentados em 28 de novembro e que por isso não se



- 1—O juri do concurso, constituído pelos escultores Teixeira Lopes, Costa Mota e pelo pintor Veloso Salgado, reunido na sala do conselho da Academia de Belas Artes
- 2 e 3—Projeto do escultor Simões d'Almeida, Sobrinho (legenda Patria) aprovado pelo juri, para a moeda de cobre
- 3 e 6—Projeto do escultor Simões d'Almeida, Sobrinho, aprovado pelo juri para a moeda de prata

admitiram protestaram declarando ser n'essa data e não em 27 do mesmo mez—como o juri afirma—que terminava o prazo do concurso estabelecido em 50 dias no «Diário do Governo» de 9 de outubro.

- 4 e 7—Projeto distinguido para premio pelo juri
- 8 e 9—Projeto distinguido para premio pelo juri

(Clichés de Benoliel)



PROGRAMA DO CONCURSO PARA OS MODELOS  
DAS NOVAS MOEDAS DA REPUBLICA PORTUGUESA

1.º

*É aberto concurso, entre os artistas nacionais, por espaço de cinquenta dias, a contar da publicação d'este programa no Diário do Governo, para os modelos das novas moedas da Republica Portuguesa.*

2.º

*Estes modelos, em número de três, tanto para os modelos do anverso como do reverso, destinam-se, um às moedas de prata e dois às de bronze-níquel. Todos eles terão uma composição ou figura simbólica com a legenda "Republica Portuguesa" e a era de cunhagem em algarismos, e deverão distinguir-se entre si. Um dos dois últimos destina-se às moedas comemorativas da proclamação da República, a que se refere o artigo 9.º do Decreto de 22 de Maio de 1911, e deverão ter a data de 5 de Outubro.*

3.º

*Os referidos modelos deverão ser apresentados em gesso, muito bem acabados, ter o diâmetro de 12 centímetros e ser acompanhados das reduções fotográficas correspondentes aos diâmetros seguintes: para as moedas de ouro, 30 mm e 15 mm; para as de prata, 37 mm e 19 mm; e para as de bronze-níquel, 23 mm e 17 mm. A altura do relevo não deverá exceder um milímetro.*

4.º

*Os modelos deverão ser entregues na Academia de Belas Artes de Lisboa, até às 4 horas da tarde do dia em que terminar o concurso, em troca de recibo, que será assinado por um dos vogais do júri, e serão marcados com uma divisa, repetida no sobrescrito que encerrar a indicação do nome do autor*

5.º

*Para julgar os modelos apresentados, será nomeado um júri constituído por cinco membros, dois nomeados pela Academia de Belas Artes de Lisboa, dois pela do Porto e um pela Sociedade Nacional de Belas Artes, devendo as Academias indicar cada uma um crítico de arte e um artista e a Sociedade Nacional um artista.*

6.º

*Aos dois concorrentes que, em cada modelo, alcançarem as mais elevadas classificações, serão conferidos os seguintes prémios: 200\$000 réis ao primeiro do anverso, 100\$000 réis ao segundo do anverso, 100\$000 réis ao primeiro do reverso e 50\$000 réis ao segundo do reverso.*

7.º

*Os modelos apresentados serão, depois de classificados, expostos ao público por espaço de oito dias, com a indicação dos premiados.*

8.º

*Os modelos premiados ficarão pertencendo à Casa da Moeda e serão expostos no seu Museu.*

9.º

*Os concorrentes que obtiverem os primeiros prémios obrigam-se a mandar fundir os respectivos modelos em bronze campanil e a entregar estas fundições na Casa da Moeda.*

10.º

*Os modelos não premiados deverão ser retirados no prazo de 48 horas depois do encerramento da exposição a que se refere o n.º 7º, cessando a responsabilidade do júri, decorrido que seja este prazo.*

*Casa da Moeda e Papel Selado, o Presidente do Conselho Administrativo,  
António dos Santos Lucas»*

*(Diário do Governo de 9 de Outubro de 1911)*



Começaram aqui os problemas e atribuições por que passou a escolha dos desenhos para as novas moedas republicanas, como se fala no livro e agora se dá conta por uma reportagem publicada em “O Occidente”, de 20 de Fevereiro de 1912 :

**«A Moeda da República e os seus colaboradores** // Muito se tem falado e escrito sobre a futura moeda – e não menos do selo – do novo regimen! E a despeito do patriotismo dos governos em promoverem concursos a premio entre os artistas portugueses e da boa vontade dos juris em acertar na classificação dos melhores modelos tem havido a infelicidade de tais classificações produzirem protestos e descontentamentos, não só entre os concorrentes como entre o público. E não menos descontentamento tem produzido a morosidade havida em vir para a circulação uma e outra coisa, depois de desasseis meses de República!...

O concurso para os modelos da nova moeda, foi publicado no Diário do Governo de 9 de outubro ultimo, findando o prazo em 27 de novembro. O juri para os classificar, composto dos srs. Teixeira Lopes, Costa Mota e Veloso Salgado, reuniu em 17 de janeiro p.p. na Academia de Belas Artes.

Os concorrentes foram em numero de oito e os modelos apresentados tinham as seguintes legendas: Pátria, Ordem e Trabalho, Seis Rodas, Nome e Renome, Agricultura, Alvorada, Luzo e Liberdade.

Por uma diferença de interpretação do termo do prazo do concurso, os quatro ultimos concorrentes só foram admitidos condicionalmente por se apresentarem um dia depois.

O juri classificou tres modelos: 1.º premio, moeda de prata – o grupo de anverso e reverso da divisa Patria, do escultor Simões d’Almeida (sobrinho); 1.º premio, moeda de bronze-nickel, comemorativa da implantação da República – o grupo de anverso e reverso da divisa Patria, do mesmo autor; 2.º premio, moeda de bronze-nickel (dependente da aprovação do governo) – o anverso da divisa Agricultura e o reverso da divisa Alvorada, ambos do escultor Francisco dos Santos, um dos concorrentes retardatários.

Tanto este como os demais artistas que ficaram fora do concurso fizeram publicos protestos contra a orientação do juri, e declararam que iam recorrer para os tribunais afim de invalidar o concurso, com a argumentação de que ele se deu por terminado aos 49 dias e 6 horas e não, como dizia o Diário do Governo, no prazo de 50 dias.

Por umas entrevistas com dois membros do juri, publicadas nalguns jornaes, emitiu-se a opinião de serem gravados em paris os cunhos das novas moedas, aludindo-se à falta de material – o que até certo ponto é verdade – e à falta de competencia dos gravadores da Casa da Moeda, o que não é justo.

Sob este ponto o sr. Alves e o sr. Rego, respectivamente primeiro e segundo gravador daquele estabelecimento, vieram à imprensa mostrar com argumentos de valor o equívoco de tal asserção, provando bem que seus trabalhos teem suplantado outros feitos no estrangeiro, o que não só honra aqueles artistas portugueses, como a gravura nacional.» (p. 35)

Face à reclamação apresentada pelos concorrentes excluídos, o então ministro das Finanças, Sidónio Pais, pede o parecer da Procuradoria Geral da

República, que dá razão aos reclamantes: «(...) O praso em relação a dias, contam-se hora a hora: e, contado o praso em relação a este concurso por essa forma, termina no dia 28. Esta forma de contar era já de Direito Romano pelo principio bem conhecido *Dies termini non computatur in termino*.» (26 de Março de 1912).

Em conformidade, Sidónio Paes exara o seguinte despacho nesse parecer: «*Reuna o jury para de conformidade com este parecer proceder a nova classificação, visto deverem ser admitidas as propostas dos grupos com a divisa “Agricultura” e “Alvorada”, com urgencia.*» (27 de Março de 1912) <sup>1</sup>

Nessa reunião, que teve lugar a 5 de Abril, a atribuição dos prémios ficaria assim ordenada:

**Moedas de prata** – 1.º prémio, anverso e reverso da divisa *Pátria*, esc. Simões de Almeida (sobrinho);

**Moedas de bronze-niquel comemorativas da República** – 1.º prémio, anverso e reverso da divisa *Pátria*, do mesmo autor;

**Moedas de bronze-niquel correntes** – 1.º prémio, anverso da divisa *Agricultura* (busto) e reverso da divisa *Alvorada* (2 Centavos), do escultor Francisco dos Santos; 2.º prémio, o anverso do modelo *Alvorada* (figura, 5 de Outubro) e o reverso do modelo *Agricultura* (1 Escudo), do mesmo autor.

No total, José Simões de Almeida (sobrinho) recebeu 600\$000 réis pelos prémios de dois grupos completos, de anverso (200\$000 réis cada) e de reverso (100\$000 réis cada); e Francisco dos Santos recebeu 450\$000 réis.

Note-se que, em dinheiro actual, cada 100 escudos de 1911 equivale a (3.000 x 100) 300 contos de 2001, ou 1.500 euros. Pelo pagamento dos prémios aos autores, os modelos passaram a ser propriedade da Casa da Moeda. <sup>2</sup>

## A revolta dos gravadores

Quando os gessos premiados foram examinados pelos gravadores da Casa da Moeda, a quem competia proceder à sua redução e gravação nos punções e cunhos à escala das novas moedas, o desânimo foi grande e as críticas muitas. Hoje entendemos bem como estes homens se devem ter sentido, completamente marginalizados em todo este processo selectivo, para depois lhes cair nos braços a batata quente de passar ao metal as esculturas “modernas”, feitas por artistas sem qualquer experiência na arte de modelar moeda e nos requisitos técnicos para a cunhar.

Eram eles, o chefe da oficina de gravura, Venâncio Pedro de Macedo Alves (1853-1933), admitido na CMPS em 1866, nomeado 2.º gravador em Fevereiro de 1894 e promovido a 1.º gravador logo em Maio desse mesmo ano, por ele passaram todas as moedas portuguesas dos últimos anos da Monarquia e foi ele o autor da primeira moeda da República Portuguesa, a rupia de prata

para a Índia Portuguesa, com uma composição artística de rara harmonia estética e delicadeza de pormenores, de grande qualidade de gravura, amoedada em 1912, mas de que existem raros ensaios datados de 1911. Gravemente enfermo desde 1913, seria aposentado em Abril de 1914.

E o seu adjunto, Domingos Alves do Rego (1873-c. 1960), natural de Leiria e figura de artista de grande merecimento na história das moedas da 1.<sup>a</sup> República, admitido na CMPS em Novembro de 1894, nomeado 2.<sup>o</sup> gravador em Janeiro de 1910 e promovido a 1.<sup>o</sup> gravador em Abril de 1914, na sequência da aposentação de Venâncio Alves, onde ficaria como chefe da oficina de gravura até 1931. Autor do retrato de D. Manuel II para as estampilhas postais, seria depois o gravador responsável por dar vida às primeiras moedas do Escudo republicano, em todos os metais, prata, bronze e até nos cunhos do ouro de 1920, que nunca chegaria a circular.

Foi da autoria destes dois esclarecidos artistas o texto que se segue, dirigido ao presidente da CMPS, António dos Santos Lucas:

*«Os abaixo assinados, na qualidade de gravadores d'esta casa, sendo-nos presente por V. Exa. uns modelos (verso e reverso) aprovados em concurso para a nova moeda de 50 centavos da República, mostrando V. Exa. o desejo para que se desse começo à sua gravura, antes d'isso, resolvemos nós chamar a tenção de V. Exa. para as deficiências e falta de condições d'estes relevos – no sentido pratico-utilitario – ao fim a que são destinados, e para que nos não tornem responsáveis de taes deficiências e se não perder tempo a fazer um trabalho que decerto teria de ser posto de parte, pelo que vamos demostrar, até que se modifiquem e deem condições precisas de utilidade e relevo aos mesmos modelos a bem servirem. Nós aqui muito sinceramente vamos expor e apontar o que achamos de justiça e boa razão.*

*Estão estes modelos feitos, mas por uma forma exagerada, d'alguns trabalhos do mesmo genero usado lá fora, em França principalmente, com o caracteristico das figuras vagas, pouco defenidas, lambido como é vulgar dizer-se, confundindo-se em muitos casos, partes da figura modelada com o próprio fundo. Estes trabalhos tratados com mimo e arte são agradaveis á vista, de muito effeito – e principalmente quando feitos por mão de mestre como Chaplain – e de esplendidos resultados quando feitos em medalhas que são geralmente destinadas a colocar n'uma vitrine, não estando no mesmo caso para moeda, destinada como é a girar errante de mãos em mãos durante o dia, e portanto, se a sua gravura não for bem defenida e detalhada – embora macia – se as suas linhas não forem feitas com certa firmeza e nitidez, dentro em pouco a figura modelada passaria a ser uma cousa vaga, mal defenida, desagradavel, gasta por completo no que n'ella possa haver de mal defenido por que não teve condições de resistencia ao constante movimento, tornando-se assim mais facil à falsificação.*

*Tanto isto é assim, que no estrangeiro onde se ensaiou e fez moeda com modelos d'este modo vagos, vendo os graves inconvenientes, logo trataram de os modificar no sentido mais nitido à prova de circulação – isto para moeda – dando aos modelos o devido relevo, destacando-se bem a letra, geralmente feita a punção, (à parte da figura) do objecto ou figura esculpida como se ve no esplendido modelo de moeda, os 20 francos (o gallo de Chaplain) e outras de menor importancia mas bem nitidas,*

OS GRAVADORES,  
*Francisco Pedro de Facedo e Alves,*  
*Domingos Alves da Silva*

feitas em nickel, ultimamente postas em circulação e ainda este belo modelo de prata d'uma colónia alemã, que junto mando a V. Exa., que tem todas as condições próprias para uma boa moeda, cousa que estes modelos não teem.

Os que nos foram presentes estão feitos mais para effeito de exposição de que propriamente no sentido pratico-utilitario e isto vê-se, por exemplo, nas praganas de trigo colocadas na cabeça da figura que são reintrantes, isto é, feitas a fundo no fundo do modelo, que não é pratico, em vez de ser em relevo.

Além d'isso, comparando estes trabalhos com os da escola do grande mestre Chaplain, escola que os nossos artistas procuram emitir, nota-se comparando ainda a moeda de 20 francos já citada, e em especial a effigie com a destinada á nossa moedade 50 centavos ve-se quanto bem defenida está a primeira, destacando-se do fundo, os cabelos, olhos, o sobreolho até um tanto duro e bem firmado, as próprias folhas de carvalho que coroaam, conquanto seja leve o seu relevo, no entanto estam bem defenidas, destacando-se dos campos em que assentam, isto em verdadeiro contraste com o modelo que nos foi presente.

Está nas mesmas condições o reverso, principalmente as folhas de louro (?) que circundam as armas, feitas como estam, por forma tão velada, de modo algum podem dar bom resultado ao fim a que são destinadas; e quem quizer ver com olhos de ver, e compare ainda com o gallo reverso dos 20 francos, mais uma vez citado, então poderá constatar que tudo alli é destacado do fundo da moeda, tanto o soberbo symbolo da Gallia como a legenda, e tudo o mais de que está composto; alli se revela os grandes conhecimentos do seu auctor em coisas d'esta ordem. Há ainda a notar que estes trabalhos, mechanicamente feitos, e reduzidos, tendem sempre a dar mais vago o que vago está, e por isso, é de uso – quando do assumpto se sabe e se tem pratica – fazer modelos um pouco mais duros e defenidos, ponde de parte quaesquer effeitos de exposição.

Finalmente, estes relevos reduzidos em gravura tal como estão, sem serem modificados, não teem condições necessarias para uma boa moeda, como deve ser. É facto que se pode gravar tal como estão, mas pelos exemplos que já apontámos não fica bom trabalho.

Para ressalvar as nossa responsabilidades, para que o fracasso que fatalmente se há de dar, caso não sejam reformados ou alterados os modelos, e não incidam sobre nós, gravadores, é que resolvemos fazer esta exposição demonstrativa de factos, para não succeder o que succedeu com os reversos das moedas do Centenário Marquês de Pombal e Guerra Peninsular, que, mostrando os seus autores e outras entidades grande empenho em que ao estrangeiro fossem gravados, lá foram, de lá vieram promptos, mas como os gravadores de lá não fizeram o milagre de meter nos modelos o que lá não estava, eis a razão porque vieram em condições pessimas tanto

*em gravura e seu relevo, como no equilibrio que tem que haver em todo o conjunto para bom serviço na machina de cunhar; acontecendo que para a cuunhagem de 200 contos foi um esfacelar de machinas e cunhos espantoso e desolador; e, se 200 contos se cunharam com sacrificio de material e de trabalho, para uma moedação maior ter-se-ia necessariamente de pôr estes trabalhos completamente de parte; no entanto como isto pouco se sabe, o odioso caiu sobre nós, gravadores e d'isso se tem tirado partido para determinado fim.*

*Saude e Fraternidade*

*Casa da Moeda e Papel Sellado, em 10 de Abril de 1912 // Os Gravadores*

*Venâncio Pedro de Macedo Alves // Domingos Alves do Rego» <sup>3</sup>*

Tal como hoje ainda acontece, os autores-escultores para moeda não vêm com agrado qualquer retoque que seja feito na sua obra, mesmo que tecnicamente necessária, e foi isso mesmo o que aconteceu com a gravura das primeiras moedas do escudo republicano, como nos deixou legado Domingos Alves do Rego numa outra exposição, datada de 23 de Abril de 1913:

*«Está V. Exa. mais ou menos ao facto do meu modo de ver – e parece-me que praticamente bem o tenho demonstrado –, das grandes deficiências, dado o fim para que foram destinados, na maioria dos modelos escolhidos e aprovados para as moedas da República. O que por consolação me resta, é que pessoa alguma da Casa da Moeda, concorreu para essa escolha e aprovação.*

*Não fomos chamados a colaborar n'essa selecção, o que por todos os motivos estava indicado, como conhecedores das muitas particularidades tecnicas a que é preciso atender e que longa pratica nos tem demonstrado, para se conseguirem moedas perfeitas a bem servirem; porem, se o fossemos, não teriamos aprovado o que se aprovou e escolheu, pelo menos sem grandes modificações, por forma a poderem-se obter uma moeda digna da República.*

*De forma alguma quero pôr em duvida o valor artistico do jury; mas, isto nos limites das suas especialidades. Fazer escultura para ser passada ao aço em gravura, é uma especialidade de grandes exigencias; natural é não as conhecer quem se dedica à pintura, ou a fazer estatuas de metros de volume.*

*E, assim foi que nos deram uns modelos vagos, pobres de detalhes, a cabeça principalmente do verso dos 50 centavos, é fraca de composição, predominando muitos planos, chatos, lisos, o que leva o publico a dizer que é mal gravado – apesar de eu na gravura ter reforçado esses poucos detalhes que tem, dando-lhe mais vigor, com grande contrariedade do autor, como V. Exa. sabe, para que as moedas não sahissem já como se gastas estivessem.*

*Passando ao reverso e sua composição, nota-se falta de observância de certas regras e preceitos como o de nunca a ramagem, simbolo de ordem geral, fechar ou abafar o escudo simbolo de significação especial e de capital importância, não permitindo, alem disso, que reduzido ao tamanho de 20 e 10 centavos, se possa aplicar os algarismos do valor d'estas moedas em tamanho que bem se destaca e veja como é preciso, e entre nós uzado nas moedas de 200 e 100 réis, e se vê em todas ou na sua maioria, nas moedas estrangeiras de valor equivalente. Pode este reverso ficar razoável nas moedas de 50 e 100 centavos (ou escudo), mas reduzidos ao tamanho de 20*





*Reversos para a moeda de prata da República: à esq. o modelo original premiado de Simões de Almeida (sobrinho); à dir., o projecto de Alves do Rego de 1913, que seria adoptado em 1927*

e 10 centavos com o valor em algarismos tão reduzidos, dá a impressão, parece-me, d'uma salganhada monotona sem estetica – que o publico tem criticado nas de 50 centavos, não gostando – e talvez pior seja na moeda mais reduzida.

Pelo que exponho, resolvi eu fazer ou gravar, como ensaio, outro reverso, no mesmo sentido, mas com disposição diferente, cujas provas eu envio a V. Exa. para que compare e aprecie com quem V. Exa. melhor entenda, e até com sua Exa. o Sr. Ministro, se isso achar conveniente, e assim finalmente escolhido, será definitivamente aplicado, seja qual fôr, visto que ambos estão prontos.

Adotei como lauraes, no meu reverso, o louro e o carvalho que simbolizam – GLORIA E FORÇA – por ser de significação simbolica mais completa e tornar a composição menos monotona.

Aguardo as ordens de V. Exa. // Saude e Fraternidade

CNPS, em 23 de Abril de 1913 // O 2.º Gravador // Domingó Alves do Rego» <sup>4</sup>

No Museu Numismático Português existe um exemplar de prata cunhado com os dois modelos de reversos (inv. n.º 23 867), sendo também conhecidos ensaios dos 20 centavos de 1913 com o reverso proposto por Alves do Rego. Este seu estudo seria muito mais tarde adoptado para o reverso da série dos escudos de alpaca, iniciada em 1927, constituindo uma das mais belas e harmoniosas composições do escudo nacional ornamentado, que ainda hoje permanece sem rival em toda a numismática moderna portuguesa.

## **Uma Pátria esquecida**

De todos estes modelos originais do concurso de 1911-12, de que damos aqui as respectivas fotografias (a versão digital estará livremente disponível no editor [www.estudosdenumismatica.org](http://www.estudosdenumismatica.org)), todos nós sabemos o que lhes sucedeu:

O modelo “Pátria-50 centavos”, depois de profundamente retocado por Alves do Rego, transformou-se na primeira moeda de prata da República, e o escultor José Simões de Almeida (sobrinho) (Figueiró dos Vinhos 1880 –

Lisboa 1950) continuou a concorrer nos concursos para moeda, sempre com o mesmo modelo vencedor de 1912, influenciando decisivamente a numismática portuguesa da primeira metade do século XX;

Ainda está por saber como foi que o modelo “Alvorada”, anverso, foi recuperado de um modesto 2.º prémio em 1912, para subir ao pódio em 1914, como a face simbólica da moeda comemorativa da implantação da República, sendo hoje aclamado como uma das mais belas gravuras da numismática nacional. Francisco dos Santos (Rio de Mouro 1878 – 1930) notabilizou-se na estatuária nacional, sendo o autor do busto oficial da República Portuguesa, no concurso aberto em 1910 pela Câmara Municipal de Lisboa, e também o autor da monumental estátua do Marquês de Pombal, na Rotunda em Lisboa, que não conseguiu concluir, tendo depois da sua morte sido continuada por Simões de Almeida (sobrinho);

O seu modelo “Agricultura”, anverso, seria também recuperado, mas só na sua figura central, que passaria a constituir o reverso das moedas de cuproníquel e de bronze que circulariam até à reforma de 1942.

De todos eles, só um foi atirado para o olvido da história e remetido para as profundezas das arrecadações da Casa da Moeda: -- o 1.º prémio ganho por Simões de Almeida (sobrinho) para a moeda comemorativa da República, de bronze-níquel, divisa *Pátria*, reverso “4 Centavos”, acabaria por nunca ver a luz do dia.<sup>5</sup>

Pobre sina para uma escultura modelada ao mais puro estilo da Arte Nova, que daria uma excelente medalha comemorativa, mas que talvez estivesse um pouco avançada demais para a mentalidade do povo a que se destinava.

(Continuará - Parte II)

## NOTAS

<sup>1</sup> AHCM, *Amoedação do Continente, Estudos e Concursos 1911-1953*, cx. 273, proc. 4100, vol.1 (1911-1924): parecer da Procuradoria Geral da República e despacho de Sidónio Pais.

<sup>2</sup> Id., *Ibid.*, *Folha dos pagamentos dos prémios dos modelos das novas moedas de prata e bronze-níquel* (11 de Maio de 1912).

<sup>3</sup> Id., *Ibid.*, *Exposição dos gravadores Macedo Alves e Alves do Rego*, de 10 de Abril de 1912.

<sup>4</sup> Id., *Moedas 1912-1913 – Remodelação do sistema monetário por decreto de 22 de Maio de 1911 – Modelos das Moedas*, maço 33, proc. 9, documento n.º 4: ofício do 2.º gravador de 23 de Abril de 1913.

<sup>5</sup> Todos os modelos premiados no concurso de 1911-12 encontram-se inventariados no *Catálogo Geral de Modelos, Punções, Matrizes, Cunhos, Galvanos e Clichés, que serviram ao fabrico de Moedas, Medalhas, Títulos, Valores Selados, Fórmulas de Franquia e outros Trabalhos*, editado em 1960, no capítulo referente aos «Modelos em gesso e galvanos, para moedas e medalhas, e diversos estudos» (pp. 379):

divisa “Pátria” – 50 centavos (n.ºs 24 e 25, anverso; 27 e 28, reverso);

divisa “Pátria” – 4 centavos (n.ºs 35 e 36, anverso; 19 e 20, reverso);

divisa “Agricultura” (n.ºs 16/18, anverso; 37, reverso – 1 escudo);

divisa “Alvorada” (n.ºs 38 e 39, anverso; 21 e 22, reverso – 2 centavos).



*1.º prémio (prata) - anverso e reverso da divisa Pátria, esc. Simões de Almeida (sobrinho)*



*1.º prémio (comemorativa) - anverso e reverso da divisa Pátria, esc. Simões de Almeida (sobrinho)*



*1.º prémio (bronze) - anverso da divisa Agricultura (busto), esc. Francisco dos Santos*









**As primeiras moedas republicanas**  
*Escudo de prata comemorativo do 5 de Outubro de 1910, emitido em 1914*  
*Centavos de bronze e de cuproníquel da série iniciada em 1917*  
*Escudo e centavos de prata da série iniciada em 1912*



# NO CENTENÁRIO DO ESCUDO

## Parte II : O último ouro da Monarquia

*António Miguel Trigueiros*

### Introdução

Como é do conhecimento geral e assim consta nos compêndios de economia e de história monetária, a grave crise económica e financeira de 1891 em Portugal provocou profundas alterações no meio monetário circulante. O valor comercial do ouro passou a ser cotado com um ágio sobre o valor legal das moedas (atingiu um máximo de 20% no final do século, estando nos 10% em 1910) o que fez desaparecer da circulação as moedas de ouro portuguesas e inglesas, inviabilizando a continuação da amedação deste metal.

E, de facto, a última era cunhada numa moeda portuguesa de ouro foi 1889, não existindo eras cunhadas posteriores para circulação.

No entanto, alguns autores repararam, como qualquer pessoa poderia ter reparado, que nas estatísticas oficiais publicadas pela nossa casa da moeda em 1910 (1), nos mapas referentes ao ouro amoadado desde Julho de 1855 até 30 de Junho de 1909, lá figura uma rubrica tão estranha quanto perturbadora:

-- no 2.º semestre de 1907 foram amoadados 30,120 quilos de ouro de 917millesimas, que produziram 17 contos de réis de moedas de 5.000 réis.

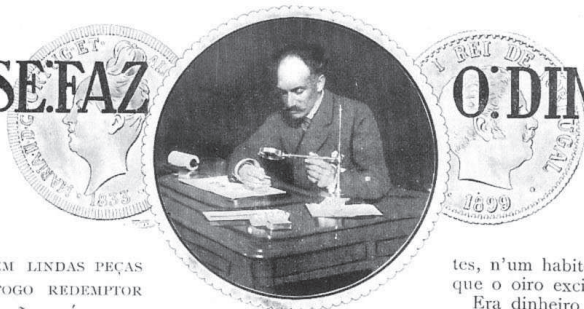
Perante tal evidência documental, perturbaram-se os historiadores e alteraram-se os ânimos dos economistas. Uns, como o nosso bom amigo e mestre eng. Ferraro Vaz, escreveram nos seus tratados que tal quantia não tinha resultado de uma cunhagem efectiva de ouro, mas apenas de uma simples operação de tesouraria (2).

Outros, mestres universitários, como Jaime Reis, viram nessa modesta cifra a prova provada de que, afinal, a moeda de ouro não tinha deixado de circular depois de 1891 e, por isso, o valor do meio circulante em 1910 era substancialmente superior ao até então por todos considerado, já que tinha que entrar em conta, além das moedas de prata, bronze e níquel, com o valor estimado do ouro amoadado ainda circulante (3).

Eu próprio fiz eco da hipótese de Ferraro Vaz no livro sobre a história do Escudo republicano, nessa altura



# COMO SE FAZ O DINHEIRO



COMO SE FUNDEM LINDAS PEÇAS  
D'OIRO © O FOGO REDEMPTOR  
© D'UNS DOBRÕES JOÃO V Á BARRA  
D'OIRO © A ESCORRENCIA LOIRA © O REVIVER DO METAL

Sobre o ferro negro d'uma bigorna luziam os do-  
brões d'ouro velho que iam ser fundidos e em volta  
os operarios, chegados por essa manhã regelante á  
officina da casa da Moeda, olhavam-nos indifferen-

tes, n'um habito, sem os sobresaltos  
que o ouro excita.

Era dinheiro antigo, do tempo de  
D. João V, rodellas d'effigies apaga-  
das, gastas, de tom fosco, com as datas e as legen-  
das sumidas pelo trafego de seculos.

Esgarçava-se em frente a bocarra rubra da forja,  
immovel e anciosa, como uma guella cõr de chaga,  
deixando a passagem rasgada ao cadinho já atulha-  
do e cingido pela tenaz rija.

Logo se moveram esfara-  
padas e palpitantes as lin-  
guas de fogo para irem lam-  
ber pressurosas o vaso co-  
nico onde estava o ouro,  
logo se ergueram gulosas  
as chammas, ao começo  
ageitadas, quasi mimosas,  
brandas, n'uma cilada, em  
vagares perdidos como os  
d'uma turba de cortezãos  
curvando-se antes do fes-  
tım. O fogo tinha ondula-  
ções medidas, subidas do-  
ces, depois animava-se  
mais, envolvia o cadinho e  
dentro em pouco aquellas  
moedas, como n'um infer-  
no, igualitavam-se, deixa-  
vam a rijeza, amollentavam-  
se, perdiam as effigies e  
eram uma pasta a que o  
lume se misturava revoltó  
e vermelho.

Para aquillo tinham sido  
assignados decretos e hou-  
vera impostos fortes, ti-  
nham-se gravado perfis al-  
tivos e falsos de reis; olhos  
afeitos á pureza se habitua-  
ram ao vicio, mineiros ago-  
nisaram, ministros organi-  
saram orçamentos, povos  
gemeram, exercitos galga-  
ram placidas fronteiras e  
navios combateram nos ma-  
res. Para que?! Se todo o  
odio humano era aquillo—  
esse ouro — agora feito uma  
escorrença loira e grossa,  
pesada, quente e forte que  
os operarios moviam ao  
pegarem com as tenazes  
nos cadinhos para os va-  
sarem nas rilheiras de fer-  
ro enfileiradas defronte  
das bigornas. E faziam  
aquillo sem respeito, como  
coveiros tomando o corpo  
diluido de um soberano,  
materia desfeita, sem o



Fornos de recoito

fazia-me impressão que tivesse havido tal cunhagem em 1907, e acatei a opinião do mestre (4).

Mas a realidade é outra: -- houve de facto uma amoedação de ouro nos primeiros meses de 1907, com metal existente na Moeda, recebido em anos anteriores de particulares, de que resultou a produção de 3.400 moedas de 5.000 réis com o busto de D. Luis I e (provavelmente) a última era do seu reinado, 1889.

A comprovação dessa amoedação veio por duas vias: -- a primeira, quando encontramos no arquivo histórico da nossa Moeda o processo que dá conta da transferência para o Banco de Portugal (BdP) dessa moeda cunhada e do restante ouro em barra lá existente; -- a segunda, bem mais interessante, quando consultamos uma colecção de revistas desse período e demos com uma extraordinária reportagem publicada na *Ilustração Portuguesa*, de Março de 1907, a descrever, passo a passo e com reluzentes pormenores, tal cunhagem, feita por fundição de peças gastas de D. João V (com efígie real, logo da série dos escudos, muito embora lhe chamem dobrões).

Espantosa reportagem esta, pensei, totalmente desconhecida do público coleccionador em geral e dos estudiosos da moeda em particular. Chegou então agora o momento de a dar a conhecer novamente, como testemunho real e coevo daquilo que de facto aconteceu em 1907: -- a última amoedação de ouro da Monarquia.

A transcrição que fazemos não é

integral, o texto original está tão cheio de rodiguinhos e metáforas que achei por bem não cansar o leitor e ir direito ao assunto. No entanto, devo fazer um aviso: este texto e esse repórter, sem nome, bem merecem uma outra análise, mais do foro sociológico que numismático, bastará atentar nas suas várias comparações com *reis e príncipes, efígies falsas gravadas em moeda, o povo gemendo, os mineiros agonizando, as plácidas fronteiras invadidas por exércitos*, e muito mais, que nos dá conta de que o seu autor utilizou este seu escrito como uma mensagem anti-monárquica, escondida no seu tema pacífico de como se faz uma moeda, poucos anos antes da revolução de 5 de Outubro.

Vale a pena ler esta reportagem, particularmente também pelas gravuras que a ilustram, e ficar a saber que, de facto, o último ouro da Monarquia foi cunhado em 1907.

## O último ouro da Monarquia (1907)

### COMO:SE:FAZ O:DINHEIRO

*COMO SE FUNDEM LINDAS PEÇAS D'OIRO – O FOGO REDEMTOR – D'UNS DOBRÕES JOÃO V À BARRA D'OIRO – A ESCORRENCIA LOIRA – O REVIVER DO METAL*

*Sobre o ferro negro d'uma bigorna luziam os dobrões d'ouro velho que iam ser fundidos e em volta os operários, chegados por essa manhã regelante à oficina da casa da Moeda, olhavam-nos indiferentes, n'um hábito, sem os sobressaltos que o ouro excita.*





*Era dinheiro antigo, do tempo de D. João V, rodelas d'efígies apagadas, gastas, de tom fosco, com as datas e as legendas sumidas pelo trafego de seculos.*

*Esgarçava-se em frente a bocarra rubra da forja, imovel e anciosa, como uma guella cor de chaga, deixando a passagem rasgada ao cadinho já atulhado e cingido pela tenaz rija. (...)*

*Para aquilo tinham sido assinados decretos e houvera impostos fortes, tinham-se gravado perfis altivos e falsos de reis; olhos afeitos à pureza se habituaram ao vício, mineiros agonisaram, ministros organizaram orçamentos, povos gemeram, exercitos galgaram placidas fronteiras e navios combateram nos mares.*

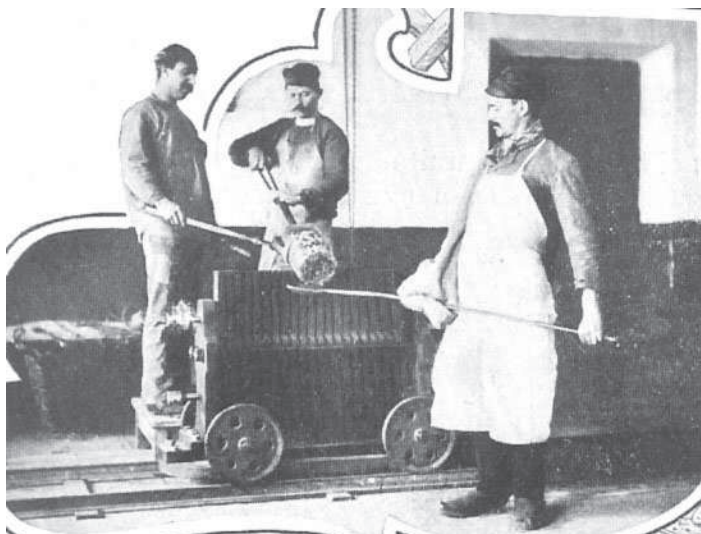
*Para quê?! Se todo o ódio humano*

*era aquilo – esse oiro – agora feito uma escorrença loira e grossa, pesada, quente e forte que os operários moviam ao pegarem com as tenazes nos cadinhos para os vazarem nas rilheiras de ferro enfileiradas defronte das bigornas. E faziam aquilo sem respeito, como coveiros tomando p corpo diluído de um soberano, materia desfeita, sem o cunho que lhe dera prestígio. (...)*

*A PHENIX DE HOJE – O RECOITO DA BARRA D'OIRO – A LAMINAGEM – OS BANCOS DE AJUSTE – TRISTES RODELAS D'OIRO*

*Com efeito o oiro, como a Phenix, renascera. (...)*

*Via-se agora o oiro com o seu tom vivo. A barra larga ia entrar na*

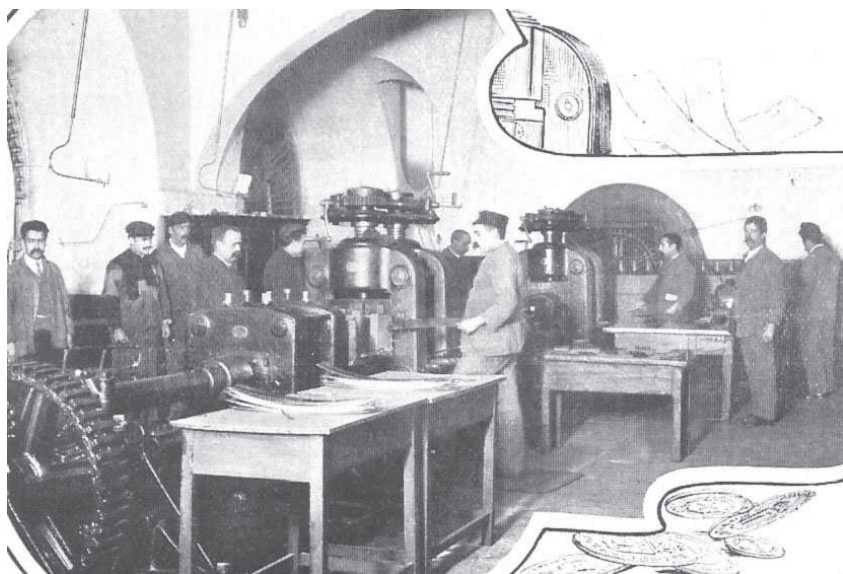


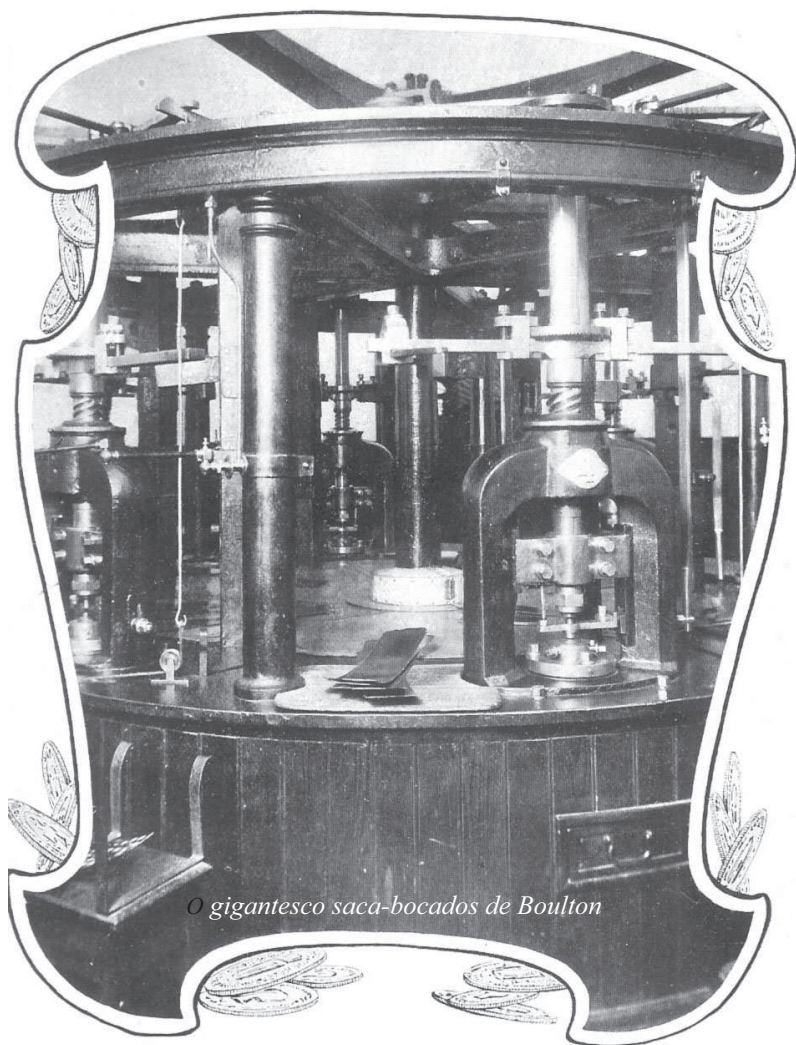
*laminagem, passava na máquina sucessivamente a fim de ficar na espessura desejada para se fazer d'ele algumas moedas lindas de cinco mil réis que iriam depois correr mundo, ter a vida aventureira d'esses dobrões d'onde tinham nascido (...)*

*Estava linda, assim muito igual,*

*rectangular e sem a menor diferença d'um extremo ao outro e logo a levaram para a outra oficina onde uma grande máquina tomava toda a casa.*

*Era ali que o oiro ia ser cortado. Os operários faziam subir os braços do colosso e colocavam sob um d'eles*





*O gigantesco saca-bocados de Boulton*

a barra. Os instrumentos que a iam cortar eram como punções concavos que ao descerem esburacavam o ouro e geravam uma rodela do tamanho exacto de uma moeda de cinco mil réis que se desejava.

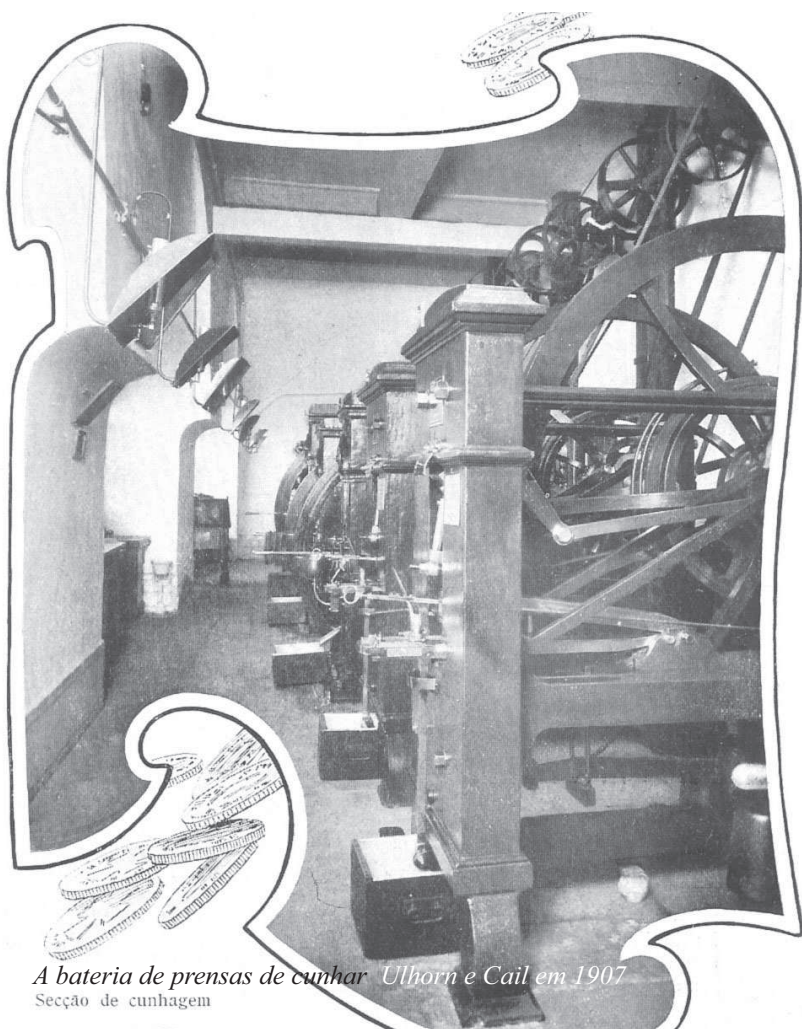
Sem esforço, apenas n'um leve descer, aquela lamina cortava a barra, deixava cair as rodela e reduzia esse pedaço d'ouro, há pouco tão unido, a um bocado esburacado

a que faltavam, em intervalos iguais, os trechos redondos que seriam logo dinheiro. (...)

A SAGRAÇÃO DO CUNHO –  
A SERRILHA – BALANÇA DA  
JUSTIÇA – OS ALCHEMISTAS E OS  
ANARCHISTAS

Aquelas simples rodela iguais,  
do mesmo tamanho e da mesma





*A bateria de prensas de cunhar - Ulhorn e Cail em 1907*  
 Secção de cunhagem

espessura, pareciam banaes, eram apenas palidos bocados d'oiro, faltava-lhes o ar que as torna soberanas: eram como os filhos dos reis, à nascença hora de nascer, desataviados, iguais a todas as crianças que veem ao mundo, podendo trocar-se e confundir-se à falta do característico, à mingua dos atributos que engalanam e simbolizam o convencional poder.

Assim eram, pois, aquelas marcas

redondas, postas n'um montinho, luzidias mas iguais, falhas de grande valor que se lhes ia dar dentro em pouco ao serem revestidas do cunho. (...)

Então iam ser sagradas. Bem pouca coisa era preciso. Iam receber o cunho e diante a singeleza da operação, pensa-se, sem querer, no nada que em boa verdade é esse dinheiro que ergue os homens contra os homens.



*Uma rodinha fria e luzente que se coloca n'um prato de máquina sob o cunho gravado com a efígie d'um soberano; debaixo outro cunho com as armas d'uma nação, tudo feito com cuidado em aço forte. Um único operário move o braço da máquina onde está o cunho, deixa-o erguer-se e ele cae, como um carimbo a gravar o ouro; uma lançadeira empurra as rodela, atira-as debaixo do cunho para a boca d'um tubo e elas caem luzidias, já poderosas, n'uma vil caixa de folha, e já serrilhadas, porque, rodeando o carimbo onde estão gravadas as efígies reais, há uma roda dentada e fixa que é a serrilha. A moeda quer alargar pelo esforço do cunho que a chancela e encontra esses dentes unidinhos e eguais que a marcam, a serrilha.*

*Está feita a moeda. (... ) Os alchimistas da idade média anciavam pela descoberta do ouro químico; os anarquistas de hoje pretendem destruí-lo, e tanto uns como os outros caminharam para o mesmo fim , mas por intuítos diferentes. (...)*

#### **APEDRADE TOQUE – A CONTAGEM – A MOEDA E A BOCETA DE PANDORA – O OIRO E A SUA ACÇÃO**

*Tornado já moeda, resta verificá-la. Para isso há uma balança de precisão: n'um dos pratos coloca-se o padrão da moeda, que lhe verifica o peso; no outro o dinheiro, peça a peça, e é a mesma balança que o aparta para três compartimentos diferentes: ao centro fica a moeda de peso exacto,*

*no d'um lado fica a fraca, no do outro a alta. (...)*

*Falta-lhe ainda, porém, uma cousa. Desde que tenha o peso precisa ter o toque. Entra então noutra oficina chamada a escolha.*

*Sobre um grande bocado d'aço deixam-se cair as moedas uma a uma e o ouvido experimentado do operário, habituado ao tinido do oiro, logo que uma desafina n'aquela oiro côro delicioso, expulsa-a, põe-a de lado como indigna d'essa companhia, tão igual, tão distinta, tão poderosa, falando da mesma maneira, no mesmo tom. É como se um revoltado fosse fanhosear tragedias n'uma assembléa de príncipes.*

*Resta então conta-las. Para isso há uma tábuas do mesmo comprimento e com escarcelas seguidas e eguais para a mesma espécie de moeda. Agarra-se esse punhado d'oiro, lançou-se sobre a táboa, as moeda entraram nas divisões logo que foi sacudida e assim contando a primeira fileira e multiplicando pelo numero de outras se sabe quantas moedas foram cunhadas, quantas têm que ser entregues ao fiel. Depois o director, tirando uma ao acaso, verifica-lhe o toque.*

*Então esses lindos dobrões de D. João V, que a fundição reduzira a barra, aparecendo agora em moedas de cinco mil réis, vão da tesouraria para a vida.*

*Abre-se-lhe a porta da Moeda, como a d'umalargaboceta de Pandora, onde todos os males estavam encerrados, elas que antes de dobrões teriam sido outras moedas, agora feitas cinco mil*



*réis e dispõem-se a continuar como uma dinastia sem fim que reina sobre o mundo. (...) (5)*

### ***Uma operação contabilística***

A cunhagem destes 17 contos de réis em moeda de ouro, no primeiro



trimestre de 1907, ficou registada nas estatísticas oficiais do 2.º semestre desse ano, quando foram transferidas para o BdP, movimento esse contabilístico de fundos que induziu em erro o nosso eng. Ferraro Vaz.

Transcrevemos o ofício da direcção-geral da Tesouraria, de 28 de Novembro de 1907, que iniciou este processo.

*«Tendo o Governo resolvido vender ao banco de Portugal o ouro em barra que se acha nessa administração Geral e depositar no mesmo banco a crédito as moedas de 5.000 r. existentes na mesma Administração, tenho a honra de rogar a V. Exa. que se digne indicar-me o preço legal d'aquela barra, mandando também ensaiar as referidas moedas, para se realizar o citado depósito.»*

*Deus Guarde a v. Exa. = Direcção Geral da Tesouraria, 28 de Novembro de 1907 = Exmo. Snr. Director da Administração Geral da Casa da Moeda» (6)*

Da informação prestada por Casimiro José de Lima (o infortunado director da nossa Moeda, que não aceitou o 5 de Outubro e suicidou-se em 1910), foram entregues logo no dia 30 as moedas de 5.000 réis e uma barra de ouro, com o peso de 28,174 quilogramas, do toque de 916,5 milésimas e com o valor legal de 15.886\$076 réis, totalizando um depósito no BdP no valor de 32,886 contos de réis (equivalentes a 98,6 mil contos de 2000, ou 493,3 mil euros).

Foi esta saída de fundos que ficou registada nas estatísticas do ouro amoeado, no 2.º semestre de 1907. Mas as 3.400 moedas de 5.000 réis com o cunho de D. Luís I, misturaram-se com as outras em poder do banco e delas nunca mais ninguém ouviu falar.

São moedas de 1889, talvez, mas são as últimas que a Monarquia cunhou; de facto, as últimas de ouro que se cunharam em Portugal, como espécie circulante.

#### NOTAS:

(1) Casa da Moeda – *Estatística Geral da Casa da Moeda e Papel Selado, 1852-1852 / 1908-1909*, Lisboa, 1910. Mapas 1 e 2 (Mapa geral do ouro que se tem amoeado desde 1855 até 30 de Junho de 1909)

(2) Ferraro Vaz, Joaquim – *Catálogo das Moedas Portuguesas, Portugal Continental 1640-1948*, ed. do autor, Lisboa, 1948. A estatística das moedas cunhadas tem início a p. 229, onde consta em nota de rodapé n.º 3 à amoedação de 1907: «Não se lavrou moeda de ouro nesta data: os números mencionados na estatística da Casa da Moeda correspondem a um movimento de moedas em depósito»

(3) Reis, Jaime – *A Evolução da Oferta Monetária Portuguesa 1854-1912*, BdP, col. “História Económica”, n.º 3, Lisboa, 1990

(4) Trigueiros, António Miguel – *A Grande História do Escudo Português*, Philae, Lisboa, 2003(2004), p. 53, nota 21

(5) *Ilustração Portuguesa*, III vol., n.º 54, Lisboa, 4 de Março de 1907, pp. 276-282 (com 13 ilustr.)

(6) AHCM, *Moedas, 1907-1908, maço 33, processo n.º 53*: transferência do ouro em barra e em moeda, no valor de 32:886\$078 réis, existente n' esta Casa (Novembro 1907)

# NO CENTENÁRIO DO ESCUDO

## Parte III : O primeiro ouro da República

*António Miguel Trigueiros*

### O concurso de 1913

Terminados os trabalhos de gravura dos punções, matrizes e cunhos para os escudos de prata da República Portuguesa, cujos primeiros exemplares foram cunhados a 11 de Agosto de 1912 (50 centavos) e a 31 de Maio de 1913 (20 centavos), a Casa da Moeda deu início ao processo de selecção, por concurso público, dos modelos das faces das novas moedas de ouro, cujo programa foi aprovado por despacho de 19 de Agosto de 1913 do ministro das Finanças, Afonso Costa, e depois publicado no *Diário do Governo*:

#### *PROGRAMA DO CONCURSO PARA OS MODELOS DAS FACES DAS NOVAS MOEDAS DE OURO DA REPUBLICA PORTUGUESA*

*1.º*

*É aberto concurso, entre os artistas nacionais, por espaço de sessenta dias, a contar da publicação d'este programa no Diário do Governo, para os modelos das novas moedas de ouro da Republica Portuguesa.*

*2.º*

*O modelo do anverso terá uma composição ou figura symbolica com a legenda “REPUBLICA PORTUGUESA” e a era de cunhagem em algarismos, e o reverso terá o escudo nacional e a designação do valor.*

*O Governo reserva-se o direito de adoptar o modelo do anverso de um autor com o do reverso do mesmo ou outro autor.*

*3.º*

*Os referidos modelos deverão ser apresentados em gesso, ter o diâmetro compreendido entre 30 e 35 centímetros e ser acompanhados de reduções fotográficas com os diâmetros de 30 e 15 mm. A altura do relevo deverá ser devidamente proporcionada ao diâmetro adotado, tendo-se em vista o fim a que taes modelos são destinados*

*4.º*

*Os modelos deverão ser entregues na Academia de Belas Artes de Lisboa,*



*até às dezesseis horas do dia em que terminar o prazo do concurso, em troca de recibo, que será assinado pelo Director da referida Academia, e serão marcados com uma divisa repetida no sobrescrito que encerrar o nome do autor.*

5.º

*Para julgar os modelos apresentados, será nomeado um júri constituído por três membros, dois escolhidos pelas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, e o terceiro pela Sociedade Nacional de Belas Artes.*

6.º

*Aos dois concorrentes que, no modelo do anverso, alcançarem as mais elevadas classificações, serão conferidos os prémios de 200\$ e 100\$; e aos do modelo do reverso, 100\$ e 50\$.*

7.º

*Os modelos apresentados serão, depois de classificados, serão expostos ao público por espaço de três dias, com indicação dos premiados.*

8.º

*Os modelos premiados ficarão pertencendo à Casa da Moeda e serão expostos no seu Museu.*

9.º

*Os concorrentes que obtiverem os primeiros prémios serão obrigados a mandar fundir os respectivos modelos em bronze campanil e a entregar as fundições na Casa da Moeda.*

10.º

*Os modelos não premiados deverão ser retirados no prazo de quarenta e oito horas depois do encerramento da exposição a que se refere o n.º 7º, cessando a responsabilidade do júri decorrido este prazo.*

*Casa da Moeda e Papel Selado, em 23 de Agosto de 1913, o Presidente do Conselho Administrativo, António dos Santos Lucas*

*(Diário do Governo, de 25 de Agosto de 1913, com duas pequenas rectificações posteriores)*

*Foram quatro os modelos entregues até 25 de Outubro, como dá conta a acta do júri desse concurso (1):*

## **ACTA DO JURY DO CONCURSO DAS FACES DA MOEDA DE OURO**

*Em conformidade com a portaria de 28 de Novembro passado, publicada no Diário do Governo N.º 279, reunio aos cinco dias do corrente mês no edifício do Concelho de Arte e Arqueologia da Iª. Circunscrição, o jury constituído por Columbano Bordalo Pinheiro, pelo Conselho de Arte e Arqueologia, António Augusto da Costa Motta, pela Sociedade Nacional de Belas Artes e José de Brito, pela Escola de Belas Artes do Porto. Eram quatro os concorrentes que*



*Fotografia dos modelos vencedores e do seu autor, na Ilustração Portuguesa de Dezembro de 1913*

se apresentaram com as seguintes divisas: - “Ditosa Pátria”, “Fortuna pelo Trabalho”, “Respigadora” e “Pátria e Republica”. Observou o jury que todos os concorrentes se achavam conforme as condições do programa do concurso, e procedeu á sua apreciação votando por unanimidade o primeiro prêmio de 200 e 100 escudos (anverso e reverso) do modello apresentado com a divisa “Fortuna pelo Trabalho”, e o segundo ao anverso do modello que tem por divisa “Respigadora” e ao reverso do que tem por divisa “Ditosa Pátria”. Tendo o jury procedido á abertura das cartas dos concorrentes afim de ter conhecimento dos nomes dos autores das obras premiadas, verificou-se que o autor da divisa “Fortuna pelo Trabalho” era o Sr. João da Silva, e que os autores das divisas “Respigadora” e “Ditosa Patria” eram respectivamente os Srs. Francisco dos Santos e José Simões de Almeida Sobrinho. O jury observa que seria de toda a conveniência para a perfeita reprodução dos modellos que estes sejam reproduzidos pela galvanoplastria e não conforme as condições mencionadas no programa do concurso.

Lisboa, Sala das Sessões do Conselho de Arte e Arqueologia da I.<sup>a</sup> Circunscrição, em 5 de Dezembro de 1913.



*Modelos “Ditosa Pátria”, de Simões de Almeida Sobrinho, cujo reverso seria aproveitado em 1914 para a moeda comemorativa do 5 de Outubro, e o anverso para as moedas de alpaca de 1927*

## Cronologia de um grande falhanço

Os modelos premiados deram entrada na Casa da Moeda a 4 de Fevereiro de 1914 e, tal como sucedeu com os modelos das faces das moedas de prata, também estes tiveram sorte diferente: -- a figura da “Respigadora” (anverso), de Francisco Santos, cairia no esquecimento, o modelo original em gesso repousa nos arquivos, estando catalogado e descrito sob os números 29 e 30 do *Catálogo Geral dos Cunhos...* (p. 382); -- o reverso do modelo “Ditosa Pátria”, com o valor de 10 escudos marcado, de Simões de Almeida Sobrinho (o vencedor do concurso para a moeda de prata), acabaria por ser utilizado numa outra moeda de 1 escudo de prata cunhada nesse mesmo ano de 1914, ficando imortalizado como reverso da emissão comemorativa da proclamação da República (cujo anverso, a “Alvorada” republicana, foi da autoria de Francisco dos Santos); -- e os modelos vencedores de João da Silva, cuja fotografia foi divulgada na *Ilustração Portuguesa* de 2 de Dezembro de 1913 (anverso com a era de 1913 e reverso com o valor de 10 escudos), nunca seriam amoedados.

A partir daqui, a história daquela que poderia ter sido a primeira moeda de ouro da República, já foi contada em *A Grande História do Escudo Português* (Coleções Philae, Lisboa 2004, pp. 103-109), muito embora tivesse sido omitida nessa obra a transcrição integral dos textos documentais nela citados, e que são agora reproduzimos neste artigo.

Os factos de que os documentos arquivados dão conta, podem ser arrumados cronologicamente como segue:

- 1914, Março 6: -- João da Silva recebe os modelos em gesso premiados para as faces da moeda de ouro, «*afim de lhes dar o acabamento indispensável para a boa execução deste trabalho*» (ou seja, a sua passagem para metal por galvanoplastia);

- 1915, Março 20: -- João da Silva responde de Paris ao telegrama enviado pelo director da Casa da Moeda, Santos Lucas, em que este pede com urgência os modelos para a moeda de ouro, dizendo que fará entrega dos mesmos em Abril, quando voltar a Lisboa, acrescentando: «*O reverso deixei-o concluído antes de me ausentar de Lisboa. Neste momento ocupo-me do modelo da face que tenho quasi pronto. Na ocasião em que fizer entrega dos meus modelos, poderá V. Exa. apreciar os motivos que me levaram a conservar em meu poder durante tanto tempo, os modelos da moeda de ouro*». Mas não os entregou. Na Europa grassa a Grande Guerra.

- 1915, Setembro 1: -- João da Silva recebe a indicação de que o valor a marcar no modelo é de “5 Escudos”;

- 1915 a 1920: -- insistentes pedidos para que o autor entregue os modelos da moeda de ouro. Em Paris, João da Silva executa novos modelos para a moeda de 5 escudos, com a era de 1916, bem diferentes dos originais pre-





*Fotografia dos galvanos dourados que estiveram expostos no Rio de Janeiro em 1922*

miados no concurso de 1913;

- 1920: -- os novos gessos dão entrada na Casa da Moeda, sem registo documental conhecido, tendo transitado para a oficina de gravura, para deles serem feitos os punções reprodutores, matrizes e cunhos de serviço;

- 1920 -1921: -- polémica entre João da Silva e o chefe da oficina de gravura da Casa da Moeda, Domingos Alves do Rego. João da Silva não aprova os ensaios feitos com os cunhos gravados por Alves do Rego, devido às modificação que aquele fez nas gravuras, sem o consultar;

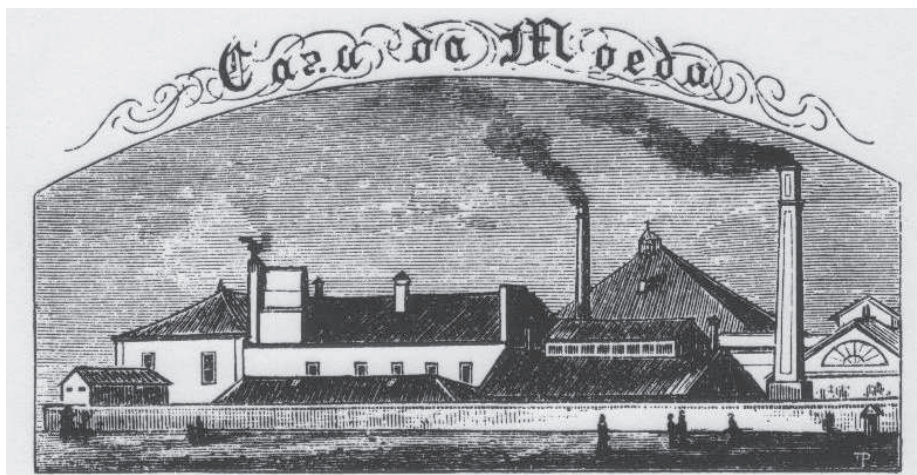
- 1921, Dezembro 8: -- o director da Casa da Moeda, Aníbal Lúcio de Azevedo, envia os modelos (gessos) para Paris, para que o autor se encarregue dos trabalhos de gravação de novos punções e matrizes;

- 1922, Janeiro 20: -- João da Silva acusa a recepção dos modelos e aceita a incumbência de mandar fabricar os cunhos da moeda de ouro, mas informa que *«terá de fazer novos modelos, pois os que recebeu vinham muito danificados»*;

- 1922, Maio 6: -- a Casa da Moeda pede novamente urgência no envio das ferramentas necessárias ao fabrico da moeda de ouro, bem como, o envio de dois galvanos dos modelos, dourados e patinados, para figurarem na Exposição Internacional do Rio de Janeiro;

- 1922, Dezembro: -- duas reproduções galvanoplásticas, montadas num quadro, do anverso e reverso da nova moeda de 5 escudos de ouro da República Portuguesa, com era de 1916, são exibidas na Exposição Internacional do Rio de Janeiro;

- 1923: -- visita à Casa da Moeda do presidente da República, António José de Almeida. Na ocasião foram cunhados alguns exemplares de 5 escudos de ouro, com os cunhos gravados por Alves do Rego em 1920, por recu-



*Vista do lado nascente da antiga Casa da Moeda, na rua de São Paulo, em Lisboa, cerca de 1880*

nhagem sobre moedas de 5\$000 réis ouro de D. Luís I. Um dessas provas de cunho foi oferecida ao presidente da República;

- 1924, Julho 1: -- os punções para a nova moeda de ouro são entregues em mão na Casa da Moeda, pelo presidente do Ministério e ministro das Finanças, Álvaro de Castro, que deixaria o cargo a 6 desse mês;

- 1924, Agosto 5: -- João da Silva envia a conta de todo o material que aprontou para o fabrico da moeda de ouro (punções e matrizes), bem como, de dois galvanos dourados e um modelo grande para ser arquivado no Museu da Moeda, cujo custo total foi de Francos 4.600,-;

- 1924, Setembro 16: -- Alves do Rego declara que as peças recebidas de João da Silva, tal como vieram, não podem ser utilizadas na amoedação.

## **A polémica com Alves do Rego, que tudo comprometeu**

Para o leitor que leu o primeiro artigo desta série alusiva ao centenário do Escudo republicano, dedicado à “Revolta dos Gravadores”, será mais fácil entender a psicologia dos profissionais da gravura da nossa Casa da Moeda, nessa época de grandes mudanças monetárias, artísticas e tecnológicas, que revolucionaram e simplificaram toda a arte da gravura numismática, acabando com o monopólio dos gravadores de cunhos.

Como escrevi no livro acima citado, depois de séculos de gravação directa no aço macio, reproduzindo em punções as efígies reais e os escudos heráldicos, e colocando as letras das legendas também por meio de punções individuais, a arte da gravação numismática sofreu uma evolução revolucionária desde 1899, ao ser inventada e patenteada pelo francês Victor Janvier, uma nova máquina ou pantógrafo tridimensional, que permitia a reprodução de



*Fotografia do grande galvano do averso (dia. 390 mm) executado em Paris em 1916*

uma escultura de grande diâmetro (modelo) numa escala mais pequena e a sua gravação directamente num bloco de aço.

Para esse efeito, o modelo original do artista, esculpido em gesso ou noutro material dúctil, era depois revestido de metal por galvanoplastia, em tinas de electrólise, permitindo a obtenção de um galvano de superfície dura, que suportava a leitura do ponteiro de aço do pantógrafo. A aquisição de uma máquina de reduzir para gravuras de moedas e de medalhas, que até então não existia na indústria nacional, foi uma das primeiras decisões da nova administração da Casa da Moeda do regime republicano, que a encomendou em 1912 à casa Janvier, de Paris.

Em Novembro de 1913, no relatório enviado ao ministro das Finanças sobre os factos mais importantes ocorridos nesse estabelecimento do Estado, diz António dos Santos Lucas:

*«OFICINA DE GRAVURA – Nesta oficina foi ultimamente montada a nova máquina de reduzir, fornecida pela casa Janvier de Paris, modelo idêntico ao usado nos melhores estabelecimentos monetários do estrangeiro. Esta máquina está actualmente produzindo os modelos para a nova moeda de 1 escudo.*

*Com esta máquina e com o balancé também já montado por esta Administração, fica esta oficina em condições de bem poder desempenhar o serviço próprio deste estabelecimento, e servir os nossos medalhistas, que até agora tinham de recorrer ao estrangeiro» (2)*

Desde então, a arte da gravação de moedas e de medalhas deixou de ser monopólio dos gravadores de cunhos, abrindo-se à criatividade artística de escultores das mais variadas escolas, estilos e técnicas. Este foi o ponto fulcral das polémicas surgidas entre os gravadores da Casa da Moeda e os au-



tores das primeiras moedas republicanas, escultores como João da Silva e Simões de Almeida Sobrinho, que praticavam o estilo da Arte Nova e não gostavam nada que os gravadores mexessem nas linhas esbatidas com que esculpam os seus modelos.

O documento que reproduzimos abaixo, um ofício enviado por Alves do Rego ao seu administrador em Setembro de 1924, logo após ter recebido os punções feitos por João da Silva em Paris, é esclarecedor dessa polémica e das suas nefastas consequências para a história da moeda de ouro republicana.

*«Exmo. Senhor Administrador - Sobre a gravura, de matrizes, punções e cunhos destinados à moeda de ouro da República, segundo os modelos do cinzelador ourives Snr. João da Silva, tenho a informar V. Exa. o seguinte:*

*Recebi efectivamente ordem do Snr. Administrador Geral, então o Snr. Lucio de Azevedo, para gravar os ditos cunhos, punções etc., trabalho a que dei execução imediata; mas tendo notado que, certos pontos destes modelos, como por exemplo, no anverso, a cornucopia, a roda da fortuna e outros que ornem a figura; no reverso, o raiado do escudo, a folhagem que ladeia o mesmo, as quinas, sem o raiado indicando azul como manda o preceito nobiliarquico, os besantes (dinheiros) etc., tudo isto sem vida, com detalhe mal definido, muito apagado, faltas estas condenáveis em moedas destinadas à circulação, por se gastarem e arrasarem facilmente com o uso; procurei eu definir e dar mais vigor a estes detalhes – no meu trabalho de reprodução no aço – a todos estes pontos, que julguei necessário e assim fiz cunhos e cunhei provas. (3)*

*Viu o Snr. João da Silva estas provas que não gostou, por não concordar com os detalhes que fiz – na minha reprodução em aço, deixando livre os modelos – assim como disse desejar que as moedas ficassem com a borda mais estreita.*

*Estava no seu direito o Snr. Silva, em não gostar (o que não me causou surpresa), assim como eu estou no meu direito – e justifico-o – de não gostar ou concordar com o seu trabalho tal como o apresenta e deseja que seja executado.*

*No entanto eu já tinha compreendido tudo. Compreendi que os rodeios do Snr. Silva, rodeios e exigências eram para que o encarregassem do resto do trabalho; isto é, da gravura; que, não sendo ele gravador, mandava executar na casa E. Verte et Ch. Ozana de Paris, nesta ou noutra, onde ele ou qualquer pessoa pode mandar reduzir para moeda ou medalhas quaisquer modelos que queiram, mas que em questão de moeda não dá resultados práticos.*

*Encarregar-se da gravura, com que fim? Ele lá sabe...*

*No entanto, o que posso afirmar peremptoriamente é que, para obter o trabalho desejado pelo Snr. Silva - e que agora trouxe – não era preciso recorrer*



*Em cima, os gessos executados em Paris e entregues por João da Silva na Casa da Moeda em 1920  
Em baixo, prova de cunho em ouro, não aprovada pelo autor*



ao estrangeiro: eu me encarregaria dele e de tal tomara a responsabilidade uma vez que não concordassem com o primeiro que fiz, e me dessem indicações precisas para fazer novas gravuras.

Não concordava o Snr. Silva com os retoques que fiz? Tanto melhor para mim que me evitava trabalho.

Sendo a nossa máquina de reduzir os modelos em gravura, das mais perfeitas e modernas, eu tomara a responsabilidade de que perfeitas e matematicamente iguais saíam as reproduções.

É este caso, mais um dos muitos actos inexplicáveis do Snr. Lúcio de Azevedo, que devia ter defendido a Casa da Moeda, a sua secção de gravura e

*os dinheiros do Estado das ideias reservadas e conveniências de outros.*

*No entanto os cunhos agora apresentados pelo Snr. João da Silva, só com os elementos que trouxe, sem os indispensáveis a uma amoedação desenvolvida, não podem ser utilizados.*

*Eis o que sobre este caso me cumpre comunicar a V. Exa.*

*Lisboa, 16 de Setembro de 1924*

*O Chefe dos Serviços de Gravura, Domingos Alves do Rego» (4)*

Decorrendo entretanto os trabalhos de produção das novas moedas de bronze-alumínio, todo este processo da moeda de ouro foi posto de lado, acabando por cair no esquecimento.

## **Documentos para a história dos ensaios de ouro de 1920**

Um outro documento existe, que narra importantes pormenores para a história dos três únicos exemplares conhecidos dos 5 escudos de 1920, que são mais provas de cunho do que ensaios, mas que nem por isso deixam de ser a primeira moeda de ouro da República Portuguesa. Tal como nos anteriores documentos, citados mas não transcritos no meu livro sobre a história do Escudo, a sua leitura integral é dada agora pela primeira vez:

*«CASA DA MOEDA – Exmo. Sr. Engenheiro Administrador*

*Encarregou-me V. Exa. de averiguar sobre a veracidade da versão que há muitos anos corre entre o pessoal deste Estabelecimento, acerca da cunhagem de uma moeda de ouro de 5\$00, com as características fixadas no artigo 2.º do decreto do Governo Provisório da República, de 2 de Maio de 1911; moeda esta cunhada perante Sua Excelência o Presidente da República, Dr. António José de Almeida, quando da sua visita a esta Casa, a qual lhe foi seguidamente oferecida como recordação e que, mais tarde, apareceu exposta à venda numa ourivesaria da Rua Áurea.*

*Por documentos guardados no Arquivo no processo n.º 39, do maço 33, do ano económico de 94-195, verifica-se que os modelos foram da autoria do escultor João da Silva e que este foi encarregado da abertura da gravura por não concordar com a executada pelo chefe da Secção de Gravura, Domingos Alves do Rego, com quem manteve grande polémica porque este introduziu, por seu livre arbítrio, várias modificações, no intuito de avivar a nitidez da gravura com o fim de resistir melhor ao desgaste da circulação, enquanto que o autor entendia dever a gravura conservar sempre um leve esbatimento.*

*Verificando-se assim a existência da ferramenta precisa para o fabrico desta moeda, fui ao Museu saber se ela lá se encontra arquivada.*

*Efectivamente lá estava mas, como os punções, matrizes e cunhos ainda*



*não estão catalogados, pedi ao antigo chefe da Secção de Gravura, hoje aposentado, Arnaldo Lourenço Fragoso, para classifica-la.*

*Com a boa vontade que todos nós lhe conhecemos, este antigo funcionário, imediatamente se prontificou a isso, dando como existente o material seguinte:*

*2 punções, um de anverso e outro de reverso, executados em Paris e pagos ao escultor João da Silva;*

*1 punção, 1 matriz e um cunho do anverso e 1 punção, 1 matriz e um cunho do reverso, feitos neste Estabelecimento pelo gravador Alves do Rego.*

*Compulsando os livros de termos, não encontrei qualquer auto referente ao início da amoedação de ouro, não acontecendo outro tanto com a amoedação da prata cujos autos figuram a fls. 189, do Livro 6.º, para a cunhagem de rupias para a Índia, a fls. 4, do Livro 7.º, para a cunhagem das moedas de 50 centavos e seguindo-se-lhes os relativos às cunhagens dos 20 e 10 ctavos.*

*Ora não é crível que se tivessem lavrado autos da cunhagem de cada uma das primeiras espécies de moedas de prata da República e não se tivesse procedido a essa formalidade com a primeira moeda de ouro, facto bem mais transcendente e importante, não só porque não se amoedava ouro desde 1907, mas também porque, esse acto, se tinha revestido de tanta solenidade que até o primeiro magistrado da Nação a ele tinha assistido.*

*A explicação foi-me dada pelo antigo 2.º oficial desta Casa, Carlos Alberto de Carvalho Tavares que, durante muitos anos, esteve prestando serviço no Arquivo e foi aposentado em 17 de Abril de 96, declarando-me não se ter cunhado qualquer moeda de ouro da República, apesar de bastantes esforços se terem empregado nesse sentido, principalmente com o fim dela figurar na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922, aonde unicamente foi exposto um quadro com dois galvanos, reduzidos dos modelos originais, um do anverso e outro do reverso, dourados e patinados, conforme se pode ver no Museu e no ofício desta Casa, n.º 578, dirigido para Paris, em 6 de Maio de 192, ao escultor João da Silva em que, além de se lhe pedir urgência na realização das ferramentas, se lhe pede a remessa urgente dos referidos galvanos, a fim de serem enviados para o Rio de Janeiro.*

*Disse-me ainda este antigo funcionário, ter umas leves reminiscências de se ter tirado um ensaio desta moeda, em ouro, na presença de várias individualidades quando da visita presidencial em 1923.*

*Sendo assim, e tudo nos leva a crer que assim fosse, não foi cunhada moeda alguma de ouro de 5\$00, mas um simples ensaio que, por ser batido na liga destinada á moeda definitiva, com ela se confundia e tem corrido como verdadeira moeda.*

*É esta pois a conclusão a que cheguei.*

*Casa da Moeda, 13 de Maio de 1943 = João K.*

*(Arquive-se. 13-5-43. Cruz Azevedo)» (5)*



*A comparação entre o modelo de 1913 e o gesso de 1916 revela duas esculturas bem diferentes*

O que este documento revela de inédito é algo que, até agora, ninguém se tinha apercebido: -- dos 9 cunhos, punções e matrizes para esta moeda de ouro, guardados no arquivo da Casa da Moeda, dois são os que vieram de Paris, feitos por João da Silva; e os restantes sete são os gravados em Lisboa por Alves do Rego.

Foi destes de Lisboa, não aprovados pelo autor da escultura, que saíram os cunhos datados de 1920, usados na cunhagem das provas de ouro e dos vários ensaios doutros metais conhecidos. Mas nenhum ensaio ou prova existe, dos punções (isto é, com a gravura em relevo positivo) entregues por João da Silva em 1924.

Deles sabemos apenas, pela descrição publicada no *Catálogo Geral dos Modelos, Punções, Matrizes, Cunhos, Galvanos e Clichés que serviram ao fabrico de Moedas, Medalhas, etc* (Casa da Moeda, Lisboa, 1960), no capítulo da República Portuguesa (p. 91), com os números 8 e 9, que, no punção do anverso o nome do autor figura junto à orla, à direita da figura da Fortuna sentada, enquanto que, no punção feito por Alves do Rego, o nome do escultor J. DA SILVA figura no sopé do pedestal com a bigorna onde a figura repousa, tal como estava gravado no grande modelo de bronze de 1916.

### **Afinal, João da Silva tinha razão**

Por fim, outra revelação: -- a escultura apresentada a concurso por João da Silva, em 1913, e que só é conhecida pela fotografia publicada na *Ilustração Portuguesa* de Dezembro desse ano, não é a mesma escultura que figura nos galvanos de 1916, ou seja, não é a escultura que o autor apresentou na Casa da Moeda em 1920 para ser gravada no metal.



*No reverso, a composição heráldica está muito mais aprimorada, mantendo as quinas sem riscas*

Algumas diferenças são pequenas e subtis, mas outras são bem nítidas, como as cercaduras peroladas nas duas faces, além das que se podem observar nas ampliações fotográficas que publicamos neste artigo:

- no anverso, a figura da Fortuna de 1916 é outra, completamente diferente da figura do concurso de 1913, com o torso arqueado à esquerda, deixando ver um longo ombro e pescoço, que termina no cabelo apanhado atrás da nuca, que também não existia no modelo original. O braço direito estendido, que em 1913 apresentava a mão com os dedos virados para cima, deixando cair rosas e moedas no campo em frente das letras REPU, aparece em 1916 com a palma aberta e a rosa e moedas caídas junto ao rebordo inferior, preenchendo o espaço vazio antes do início da legenda, assim como aparecem no sopé do pedestal, por baixo do nome do escultor. Nesse lado, a roda da Indústria aparece em 1916 mais visível, preenchendo o espaço vazio existente em 1913, a seguir ao fecho da legenda. Na composição central, uma figura feminina sentada sobre uma bigorna, portando na mão direita a cornucópia e tendo aos pés a foice da Agricultura e a roda da Indústria, o modelo de 1916 revela uma escultura de excepcional vigor e movimento, de formas femininas bem marcadas, em vez de um torso juvenil quase masculino, que se vislumbra na escultura de 1913. A foice deixa de ter a lâmina visível; a ponta direita da bigorna é prolongada pelo campo da moeda, recebendo os panejamentos e fazendo a ligação espacial com a ponta da cornucópia.

- nos rebordos, que em 1913 eram simplesmente granulados, aparece em 1916 uma cercadura de grande estilo, de duas meias pérolas separadas por três traços, que só por si evidencia toda uma diferença

- no reverso, toda a composição do escudo nacional, ladeado por ramos de carvalho (à esquerda) e de louro (à direita), e das cartelas superior e



inferior, passam a estar filetadas, e a legenda “ESCUDOS” cresce em 1916, mostrando as suas letras ligadas entre si. O próprio escudo também aumenta de tamanho, muito embora não tivesse os riscados do esmalte heráldico azul (nas quinas), introduzidos por Alves do Rego em 1920.

Finalmente, percebe-se agora a razão porque João da Silva demorou tanto tempo a entregar os gessos (para além do estado de guerra na Europa, que certamente potenciou o atraso): -- afinal, já não eram os que ele tinha modelado para o concurso de 1913, eram outros totalmente reconstruídos em 1916, com uma qualidade artística superior e um acabamento requintado e perfeito, digno de uma moeda de ouro da República Portuguesa.

Percebe-se também agora a zanga do autor, perante as modificações arbitrariamente introduzidas por Alves do Rego na sua escultura. Pois se ainda hoje os escultores não aceitam de bom grado que os gravadores mexam nas suas obras, que apenas devem interpretar e traduzir fielmente para o metal, imagine-se como deve ter sido em 1920, quando João da Silva viu os ensaios da sua moeda, da sua Fortuna pelo Trabalho, adulterada sem o seu consentimento, pela soberba e arrogância dum gravador da Casa da Moeda.

Para termos uma ideia de como o escultor se deve ter sentido, compare-se então essa maravilhosa escultura de estilo Arte Nova que João da Silva modelou em Paris em 1916, com a prova de cunho tirada em 1920, recunhada sobre uma moeda de 5.000 réis de D. Luís I: -- onde estão os delicados traços com que o autor esculpiu a sua bela figura de mulher, totalmente empastelada na prova cunhada? -- Onde estão os efeitos precisos e delicados nas dobras do panejamento que cobre a cintura da mulher? -- Onde está a definição dos traços de belo efeito, já com indícios do novo estilo Arte Deco, que separam as meias pérolas da cercadura? -- Onde ficou a delicadeza e a precisão do desenho dos algarismos da era 1916, grotescamente traduzidos na prova cunhada em 1920?

João da Silva tinha razão, ao recusar que a sua obra fosse assim tão adulterada. Voltou com ela para Paris, teve que a refazer novamente e quando regressou para a entregar, em Agosto de 1924, já era tarde demais. O seu admirador e amigo Álvaro de Castro, ministro das Finanças e primeiro-ministro, que muito deve ter apoiado e incentivado os esforços da Casa da Moeda na cunhagem desta moeda, seria exonerado poucos dias depois, e com ele desaparecia o sonho da primeira moeda de ouro da República Portuguesa.

## NOTAS

- (1) AHCM, *Amoedação de ouro, Continente, 1913-1914, 1914-1915*, caixa 4, proc. 4105
- (2) Idem, *Relatório dos factos mais importantes ocorridos na Casa da Moeda e nas Contrastarias durante o interregno parlamentar, 1913-1914*, maço 33, proc. 93; ofício de 7 de Novembro de 1913.
- (3) São conhecidas provas de cunho de cupro-níquel, latão, cobre e cobre dourado, com a era de 1920
- (4) AHCM, *Amoedação de ouro, Continente, 1923-1924*, caixa 4, proc. 4105
- (5) Idem, *ibid.*, 1943-1971, caixa 4, proc. 4105